

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.965 - SP (2020/0041890-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : PDG SP 7 INCORPORACOES SPE LTDA**  
**ADVOGADO : FABIO RIVELLI - SP297608**  
**RECORRIDO : J B PEREIRA DE SOUZA GESSO**  
**ADVOGADOS : RENATO FERREIRA DA SILVA - SP192184**  
**FELIPE VINICIUS DA SILVA - SP354357**  
**LUCAS RENAN DA SILVA - SP350987**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado:

EMENTA: Cumprimento de sentença. Pedido de suspensão da execução. Rejeição, com determinação de prosseguimento regular do feito. Crédito constituído com o trânsito em julgado da sentença. Fato posterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa executada. Crédito que não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial. Art. 49 da Lei 11.101/05.

Precedentes. Essencialidade do imóvel penhorado não demonstrada. Decisão mantida. Recursos desprovidos.

Não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial o crédito constituído com o trânsito em julgado da sentença, quando tal fato for posterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial.

No tocante à essencialidade do imóvel penhorado às atividades da recuperanda, bem se vê que, ainda que se trate de grupo empresarial voltado à construção e comercialização de imóveis, não cuidou a recorrente de instruir o feito com elementos aptos a demonstrar que a penhora do apartamento registrado sob matrícula nº 91.571 comprometerá o desempenho do objeto empresarial. De qualquer forma, a questão poderá ser dirimida oportunamente pelo Juízo da Recuperação Judicial, haja vista que dispõe de melhores elementos para análise da matéria.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 422 - 428, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a ora recorrente, em suma, divergência jurisprudencial e violação aos artigos 6º e 52, III, da Lei 11.101/2005.

Sustenta ser equivocado o entendimento adotado na origem, afastando o

crédito perquirido na presente demanda, das regras atinentes à recuperação judicial, ao concluir que sua constituição ocorreu com o trânsito em julgado da decisão condenatória, sopesando que " a jurisprudência entende que para que o crédito seja tido como submisso ao plano da recuperação judicial (CONCURSAL), nem mesmo seria necessária a sentença condenatória, tampouco o seu trânsito em julgado, isto porque a origem do crédito deve ser observada de acordo com o seu fato gerador, o qual, por sua vez, nasce antes mesmo da ajuização da ação, de modo que a sentença não constitui crédito, mas apenas o declara" (e-STJ, fl. 445).

Alega que "em sede de juízo universal, o MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP expressamente se declarou competente absoluto para determinar a suspensão todas as ações movidas contra a recorrente e o grupo PDG, independentemente da respectiva fase judicial", de modo que "todas as decisões conflitantes proferidas pelos demais DD. Juízos se mostram desacertadas, vênia concessa, as quais limitam-se tão-somente à satisfação individualizada do débito respectivo, e não transcendem à finalidade social a ser atendida com a suspensão das respectivas demandas" (e-STJ, fl. 458).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 471 - 481), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 482 - 485, e-STJ.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Assiste razão à recorrente.

Ao concluir que os créditos perquiridos na presente demanda não se sujeitariam à habilitação no juízo de recuperação judicial, a Corte local adotou como fundamento a assertiva de que esses tiveram origem com a data do trânsito em julgado da decisão condenatória, conforme se depreende do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 405 - 407):

No mais, dispõe o artigo 49 da Lei 11.101/2005 que “estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

(...)

A insurgência recursal está centrada na questão que o fato gerador do crédito foi anterior à data do pedido de recuperação judicial, aduzindo ter havido novação do crédito após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembléia geral de credores, devidamente homologado.

Não merece acolhimento a inconformidade. Isso porque até o trânsito em julgado da decisão não havia certeza formal sobre o crédito, o que existia era apenas a expectativa do direito, que foi reconhecido com a sentença, confirmado por acórdão, e com trânsito em julgado. Antes disso, o crédito não era líquido, certo e exigível e somente com a decisão transitada em julgado foi reconhecida formalmente a dívida e seu valor, sendo certo que tal fato ocorreu após o deferimento do processamento da recuperação judicial, logo, não está o crédito sujeito aos seus efeitos.

A conclusão acima reproduzida está em desarmonia com a jurisprudência adotada no Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que "tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora" (REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018). No mesmo sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/2005. SENTENÇA POSTERIOR IRRELEVANTE. PRECEDENTES.

1. "Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente."

2. "Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em

**momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora."**

- (REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1739988 / SP, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Julgamento, 29/4/2019, DJe 2/5/2019).

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA".** APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais.

2. **No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.**

3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto.

4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.

**7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.**

8. Recurso especial provido.

(REsp 1.447.918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/4/2016, DJe 16/5/2016.)

Assim, considerando-se que o crédito da recorrida é anterior ao pedido de recuperação da recorrente, conforme reconheceu a Corte estadual, deve esse ser submetido ao plano de soerguimento da sociedade recuperanda.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para lhe conceder efeito suspensivo, uma vez latente o preenchimento dos requisitos exigidos, bem como para, reformando o acórdão recorrido, determinar que o crédito objeto da presente demanda seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa recorrente, nos termos da fundamentação supra.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora